

CRESCER COM DIGNIDADE



Ricardo Stuckert / PR

Em meio à desaceleração global, o Brasil sobe no ranking do IDH, registra o maior estoque de empregos formais da história e cresce acima do esperado. Políticas públicas com ampla aprovação popular ajudam a devolver dignidade e oportunidades ao povo

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 06 de maio de 2025 Nº 188

Crescimento do Brasil em 2024 impulsiona IDH e qualidade de vida

Governo anuncia 3.352 vagas para o Concurso Nacional Unificado 2

Manuela D'Ávila: Mulheres são chave contra extrema-direita

COP30: Grupo de Trabalho da FPA debate desenvolvimento na Amazônia



>> PROGRAMA
Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : [▶/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe,
Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Resultados

O Brasil voltou a subir no ranking de desenvolvimento humano da ONU, superou o patamar pré-pandemia, criou 654 mil empregos formais no primeiro trimestre de 2025 e cresceu 3,4% em 2024. Programas como Farmácia Popular, Desenrola Brasil e a nova faixa do IR mostram a força da retomada com inclusão. **pág. 04**

CAPA

Crescimento do Brasil em 2024 impulsiona IDH e qualidade de vida

pág. 04

BRASIL

Mais Médicos abre 3,1 mil vagas para atender regiões carentes do Brasil

pág. 06

Assistência ampliada reduz mortes entre os Yanomami em 2024

pág. 07

A partir da COP30, Grupo de Trabalho da FPA discute desenvolvimento na Amazônia

pág. 08

Reconexão Periferias : Femicídio invisível e impunidade institucional nas chacinhas

pág. 11

ENTREVISTA

Manuela D'Ávila : "A esquerda precisa entender o papel das mulheres no enfrentamento da extrema-direita"

pág. 13

ECONOMIA

Caixa começa a oferecer Minha Casa, Minha Vida para classe média

pág. 18

PT

Humberto defende isenção

do IR e fim da escala 6x1 para reduzir desigualdade

pág. 20

INTERNACIONAL

Israel prepara nova ofensiva contra Gaza

pág. 24

CULTURA

Lady Gaga no Rio: quando o palco é também plateia

pág. 25

Lula torna permanente a Política Nacional Aldir Blanc

pág. 31

Andy Warhol em São Paulo: exposição inédita traz mais de 600 obras do artista pop

pág. 32



Crescimento do Brasil em 2024 impulsiona IDH e qualidade de vida

Com políticas públicas ampliadas, retomada do emprego e aumento da renda, país volta ao grupo de IDH alto da ONU e supera o patamar pré-pandemia

Redação Focus Brasil

Em um cenário mundial de estagnação no desenvolvimento humano, o Brasil dá um passo firme na contra-mão. Segundo o relatório mais recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país subiu cinco posições no ranking global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alcançando a 84ª colocação entre 193 países. O índice saltou de 0,760 para 0,786 — um patamar considerado alto

pela ONU e superior ao nível pré-pandemia.

O avanço não é pontual, tampouco isolado. Ele reflete uma série de transformações estruturais e políticas públicas que, em pouco mais de dois anos, recolocaram o Brasil em rota de crescimento com inclusão.

O salto no IDH tem como principais motores a alta na expectativa de vida — que subiu de 73,4 para 75,8 anos em apenas um ano — e o crescimento do PIB per capita, que passou de US\$ 14.616 para US\$ 18.011 em paridade de poder de compra.

Esses dados, por si só, seriam

relevantes. Mas ganham ainda mais força ao serem divulgados no mesmo momento em que o Brasil comemora seu maior estoque de empregos formais da história: são 47,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

Geração de empregos e PIB em alta

Somente nos três primeiros meses de 2025, foram criados 654 mil postos de trabalho com carteira assinada — número que eleva para 3,8 milhões o total de novas vagas desde janeiro de 2023, início do atual governo.

Esse desempenho robusto vem



acompanhado de uma taxa de desemprego em queda: 7% no primeiro trimestre, a menor desde 2012. O setor de serviços liderou a geração de empregos no período, seguido pela indústria, construção civil e agropecuária.

Na economia como um todo, o ritmo também surpreende positivamente. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 3,4% em 2024, superando os 3,2% de 2023 e registrando a maior alta desde 2021. O consumo das famílias teve papel central nessa trajetória, com expansão de 4,8%, sinalizando uma população com mais renda e confiança para consumir. Em termos nominais, a economia alcançou R\$ 11,7 trilhões no ano.

Esse ciclo virtuoso se sustenta também em políticas públicas

com ampla aprovação popular. Programas como o Farmácia Popular, com 86% de aprovação, foram ampliados e oferecem agora 95% dos medicamentos gratuitamente para a população. O Desenrola Brasil, que renegocia dívidas de pessoas de baixa renda, conta com 70% de aprovação. Já a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos é apoiada por até 87% dos brasileiros.

Inovação com inclusão: o exemplo brasileiro

A receptividade da população a essas medidas reflete não só sua efetividade, mas também o alinhamento com as necessidades concretas da maioria. Em um mundo em que a industrialização

muitas vezes avança sem gerar empregos, como aponta o próprio relatório da ONU, o Brasil adota um caminho alternativo: inovação com inclusão.

O PNUD cita como exemplo positivo a digitalização da logística de fretes, impulsionada por aplicativos nacionais, que melhoraram a eficiência no setor de transportes e geraram ganhos de produtividade.

Enquanto o mundo vive a pior desaceleração no desenvolvimento humano desde os anos 1990, com aumento da desigualdade entre países ricos e pobres, o Brasil reencontra sua trajetória de progresso. A dignidade que parecia perdida após crises sanitárias, econômicas e políticas vem sendo gradualmente restaurada. ■



Mais Médicos abre 3,1 mil vagas para atender regiões carentes do Brasil

Governo federal abre 3,1 mil vagas no Mais Médicos para reforçar atendimento em regiões carentes; inscrições vão até 19 de maio

Da redação, com informações do Planalto

O programa Mais Médicos, uma das principais iniciativas do governo federal para fortalecer a saúde pública, abriu 3,1 mil novas vagas para profissionais em municípios de todo o país. As inscrições começaram nesta segunda-feira (5/5) e vão até 19 de maio, com previsão de que os selecionados iniciem suas atividades ainda no primeiro semestre de 2025.

A nova etapa do programa visa reduzir a carência de médicos em regiões carentes, incluindo cidades do interior, áreas remotas e periferias urbanas. De acordo

com o Ministério da Saúde, a prioridade é garantir atendimento em unidades básicas de saúde (UBS) onde há maior dificuldade de cobertura médica.

“O Mais Médicos é um programa estratégico para levar saúde de qualidade a quem mais precisa, especialmente em locais com poucos profissionais”, destacou o ministro da Saúde em coletiva recente. Além das vagas, o governo oferece bolsas de estudo e incentivos financeiros para fixar os médicos nas regiões atendidas.

Como participar?

Os interessados devem se inscrever pelo site oficial do Mais Médicos, onde também está disponível o edital completo. O processo seletivo inclui análise curricular e, em alguns casos, prova de títulos. Profissionais formados no

Brasil e no exterior podem concorrer, desde que tenham seus diplomas reconhecidos no país.

Impacto do programa

Desde sua criação, o Mais Médicos já levou milhares de profissionais a regiões vulneráveis, contribuindo para a redução das desigualdades no acesso à saúde. Dados do Ministério da Saúde mostram que o programa aumentou em 30% a cobertura médica em municípios do Norte e Nordeste nos últimos anos.

“A expansão das vagas reforça o compromisso com o SUS e a valorização dos profissionais da saúde”, afirmou uma representante da pasta. A expectativa é que a nova leva de médicos fortaleça ainda mais a atenção básica, reduzindo filas e melhorando o atendimento em todo o país. ■



Assistência ampliada reduz mortes entre os Yanomami em 2024

Óbitos caem 21% no território Yanomami; ações integradas reduzem mortalidade por malária, desnutrição e infecções respiratórias

Redação Focus Brasil, com informações do Planalto

Ampliação da presença do Estado no território Yanomami começa a dar resultados concretos. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde mostram que o número de mortes na população indígena caiu 21% em 2024, com destaque para a re-

dução de óbitos por causas evitáveis como infecções respiratórias agudas (-47%), malária (-42%) e desnutrição (-20%).

O avanço ocorre em meio à retomada da infraestrutura e à ampliação das equipes de saúde na região. Desde 2023, o número de profissionais atuando na Terra Yanomami cresceu 158%, saltando de 690 para 1.781. Parte desse contingente foi contratada via Ag-SUS e pela expansão do Programa Mais Médicos. Hoje, 45 médicos

atendem diretamente nas comunidades e na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista.

Com a reabertura de sete polos de atendimento fechados durante a gestão anterior e a recuperação de estruturas danificadas pelo avanço do garimpo ilegal, 5.224 indígenas voltaram a receber acompanhamento regular. O Ministério da Saúde também destinou R\$ 256 milhões à infraestrutura da saúde indígena apenas em 2024, permitindo que os 37 polos base estejam hoje em pleno funcionamento.

A ação integrada também impactou os indicadores nutricionais. A desnutrição grave entre crianças de até cinco anos caiu de 24,2% em 2023 para 19,2% em 2024. Já o número de crianças com peso adequado chegou a 50% da população infantil Yanomami.

A intensificação da vigilância sanitária e o reforço no diagnóstico resultaram em 44% mais exames para malária, o que explica o leve aumento de notificações. A mortalidade pela doença, no entanto, caiu de forma expressiva.

Também houve alta nos atendimentos por infecções respiratórias agudas (IRA): foram 24.180 em 2024, contra 7.523 no ano anterior — um salto de 270%. Mesmo com mais diagnósticos, a letalidade despencou 73%, reflexo do tratamento precoce e do acesso ampliado.

Entre os profissionais, os atendimentos por nutricionistas cresceram 461% no comparativo anual (de 8.905 para 49.974). Também aumentaram os atendimentos médicos (72,6%), de técnicos e auxiliares de enfermagem (13,9%) e de enfermeiros (28%).

O informe mais recente do Centro de Operações de Emergência Yanomami também destaca um aumento de 65% na cobertura vacinal em 2024, com 53.477 doses aplicadas até abril, contra 32.352 no mesmo período de 2023. ■



A partir da COP30, Grupo de Trabalho da FPA discute desenvolvimento na Amazônia

Questões como a geração de emprego e renda aliada a um modelo sustentável para o bioma e interesses geopolíticos são o alvo das discussões

Claudia Rocha

Em contagem regressiva, faltando menos de 200 dias, o governo brasileiro se prepara para o principal evento de sua agenda internacional neste ano: a realização da trigésima edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Belém, no Pará.

Com 38 obras de infraestrutura urbana na capital paraense, totalizando um investimento superior a R\$ 7 bilhões, no radar dos debates estão: questões diplomáticas, o avanço nas metas internacionais da agenda ambiental, bem como o desenvolvimento local dos estados da Amazônia brasileira.

Na semana passada, o presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, e Ana Toni, secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e diretora-executiva da conferência, deram declarações sobre os impactos da política tarifária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação a diversos países, em especial a China — o maior emissor de CO2 do mundo e um dos países mais comprometidos com as negociações climáticas.

De acordo com o presidente da COP30, existe uma preocupação de que a visão de Trump contamine as negociações. “Esse tarifaço é um golpe muito grande na crença no multilateralismo. É natural que isso favoreça um pensamento

de que o multilateralismo não é a resposta para a mudança do clima”, apontou Corrêa do Lago em entrevista ao O Globo. Na mesma reportagem, Ana Toni reiterou a preocupação. Para Toni, a ofensiva comercial é “um coquetel muito ruim num país que é o maior emissor histórico do mundo”.

Para além do debate sobre a globalização e as saídas para reverter o quadro do aquecimento do planeta, algumas conversas em torno da conferência também devem tratar do desenvolvimento dos nove estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão.

Nesse sentido, a Fundação Perseu Abramo promove um Grupo



de Trabalho com foco nos temas relacionados à COP30, com foco em questões regionais, que reúne especialistas no assunto, dentre lideranças locais, acadêmicos, executores de políticas públicas e representantes de movimentos sociais.

Objetivos e propostas

Com encontros virtuais quinzenais, o grupo tem como objetivo “atualizar o projeto do Partido dos Trabalhadores para a região, na perspectiva de dar centralidade às questões ambientais e climáticas e a necessidade de constituir um pólo inovador de desenvolvimento inclusivo”, de acordo com um documento organizativo do coletivo. Como resultado do GT, será elaborada uma proposta para dialogar com a população local sobre perspectivas de desenvolvimento sustentável.

“A proposta deve incluir uma infraestrutura adequada às condições amazônicas que permita o desenvolvimento da bioeconomia em escala suficiente para garantir empregos e bem-estar para os que vivem na região, incluindo os povos indígenas e as comunida-

des ribeirinhas e locais”, explica Pedro Silva Barros, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA e responsável pelo projeto.

De acordo com o MapBiomas, na Amazônia Legal, a cobertura de floresta compõe 75% da área, a agropecuária 17%, a formação natural não florestal 5% e os corpos d’água 2%. De 1985 a 2019, mais de 721 mil km² de áreas de florestas sofreram transição para agropecuária.

Com relação à população, segundo o último censo, o número é em torno de 28 milhões de habitantes. Em um comparativo da região Norte com o número absoluto do país, é destacada a taxa de crescimento populacional, enquanto o Norte cresceu 0,75% ao ano, a taxa de expansão brasileira é de 0,52%.

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, o contexto das discussões e debates públicos relacionados à conferência climática é uma boa oportunidade para “aprofundar, atualizar e difundir as propostas do PT para o desenvolvimento e combate à pobreza na região”.

Com a perspectiva da melho-

ria da vida dos brasileiros e sul-americanos e foco em saídas para garantir emprego e renda compatíveis com os limites climáticos e sustentabilidade ambiental, o grupo está organizado em quatro eixos temáticos:

(1) mudanças climáticas, impactos e oportunidades para a região amazônica;

(2) geopolítica nos debates da COP30 e da Amazônia, integração regional e soberania dos países amazônicos, com centralidade para o ambiente e para empregos e acesso à infraestrutura e serviços públicos;

(3) diagnóstico e balanço crítico dos modelos de desenvolvimento predominantes em Manaus, concentrado no Pólo Zona Franca, e no Pará, baseado na mineração e expansão pecuária, identificação de alternativas;

(4) sistematização das ações de governo em curso na Amazônia, mecanismos de participação social e principais projetos em execução e em estudo.

“O debate não pode ser restrito às autoridades internacionais e organizações ambientais. A Amazônia sofre com pressões da expansão agrícola desorganizada, com a mineração ilegal em áreas de proteção e crescente favelização de suas principais cidades. A alternativa não é tornar a Amazônia um santuário e esses problemas não serão solucionados apenas com repressão”, comenta Pedro Silva Barros.

O pesquisador afirma que “a solução passa por educação, ciência, tecnologia e financiamento vinculados à bioeconomia. Não basta monitorar o desmatamento, é necessário viabilizar a recuperação do bioma com atividades econômicas responsáveis”. Além disso, na opinião de Pedro Silva Barros, os excedentes das atividades exploratórias na região devem servir para reforçar a segurança e a integração energética. ■

Governo federal anuncia 3.352 vagas para o Concurso Nacional Unificado 2

Com vagas em 35 órgãos públicos, as inscrições estão previstas para julho e prova objetiva em 5 de outubro

Fernanda Otero

O governo federal anunciou a realização da segunda edição do Concurso Nacional Unificado (CNU), com 3.352 vagas em 35 órgãos públicos. Serão 2.180 vagas imediatas, sendo que 1.672 de nível superior e 508 de nível intermediário e 1.172 para provimento em curto prazo, após a homologação dos resultados.

A previsão de início das inscrições é para julho, e a prova objetiva, primeira etapa da seleção, está agendada para 5 de outubro. Superando a primeira edição, que teve cargos em 21 órgãos, o CPNU 2 amplia o número de instituições participantes para 35. Em coletiva de imprensa, a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, afirmou que “a contratação periódica e ampla é essencial para que tenhamos um serviço público que represente verdadeiramente o Brasil”.

Ela destacou as recomendações do presidente Lula no início do mandato quanto à reativação do diálogo com os servidores, o que levou à reinstauração da Mesa Nacional de Negociação Permanente em fevereiro de 2023.

“Isso resultou em um processo de negociação e reestruturação de carreiras. Desde o início, retomamos a autorização de concursos, após anos de paralisação em áreas além da educação, que é um setor com certa autonomia em sua forma de autorização”, explicou.

Reformulação e modernização de cargos

O ministério tem adotado me-

didias de modernização, substituindo, por meio de projetos de lei e medidas provisórias, os cargos considerados obsoletos. Até o momento, cerca de 30 mil cargos foram reformulados ou extintos, dando lugar a funções mais alinhadas com as demandas atuais do setor público.

Como parte das mudanças, está em desenvolvimento um sistema de avaliação de desempenho vinculado à progressão funcional. A proposta prevê que a estabilidade não beneficie servidores com baixo desempenho, sugerindo que os avanços na carreira considerem critérios além do tempo de serviço.

Outra alteração significativa foi o aumento das carreiras com 20 níveis de progressão, de 30% para 86%, com o objetivo de incentivar a eficiência. Apesar da retomada dos concursos e da concessão de reajustes, as despesas com pessoal no Executivo permanecem estáveis, em 2,6% do PIB, dentro dos limites do novo arcabouço fiscal, que estabelece um crescimento real de até 2,5%. A gestão afirma que as medidas combinam valorização dos servidores com responsabilidade fiscal.

Logística e vagas

A nova edição do concurso público oferecerá vagas em 35 órgãos, um aumento significativo em relação aos 21 da edição anterior. Além da expansão, o CPNU 2 incluirá carreiras transversais, permitindo que os aprovados sejam alocados em diferentes órgãos conforme a necessidade da administração pública.

As provas ocorrerão em 228

idades, com possibilidade de ajustes na região Norte. Na edição anterior, a seleção de locais priorizou municípios com grande população indígena, mas a região ainda enfrenta dificuldades para cumprir o requisito de acesso dentro de 100 km, devido à dispersão populacional e limitações logísticas. Enquanto outras regiões já atendem ao critério, o Norte passará por revisão, podendo ter cidades substituídas.

Cronograma e distribuição de vagas

O edital será publicado em julho, com abertura simultânea das inscrições. A prova objetiva está marcada para o dia 5 de outubro, em um domingo à tarde. Os aprovados nessa primeira etapa serão convocados para a segunda fase, prevista para 7 de dezembro, seguindo a proporção de nove candidatos por vaga, tanto para ampla concorrência quanto para cotas. A divulgação final dos resultados está programada para fevereiro de 2026.

Entre os órgãos com vagas previstas estão o Ministério da Cidade, com 15 oportunidades de nível superior; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Familiar, com 64 vagas; o Ministério do Turismo, com 8; o Ministério da Integração Regional, com 10; o Ministério da Fazenda, com 30; e o Ministério da Pesca e Agricultura, com 33. O CPNU 2025 contará com cotas para pessoas negras e com deficiência, mas não incluirá reserva para candidatas indígenas, uma vez que esse grupo será atendido por um concurso específico da Funai, que não participa desta seleção. ■



Agência Brasil



Feminicídio invisível e impunidade institucional nas chacinas

O feminicídio em chacinas representa uma dupla violência: a primeira, praticada contra o corpo da vítima; a segunda, exercida pelo Estado, que falha em nomeá-la, investigá-la e protegê-la postumamente

Barbara Martins Alves dos Santos e Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

A violência de gênero no Brasil apresenta seletividades que ultrapassam o reconhecimento formal do feminicídio como um crime autôno-

mo. A tipificação do feminicídio representou um avanço jurídico ao conferir maior visibilidade à violência letal contra mulheres, mas sua aplicação revela um viés racial significativo. A pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, realizada pelo Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo, realiza um levantamento de casos de chacinas a partir de notícias de jornal

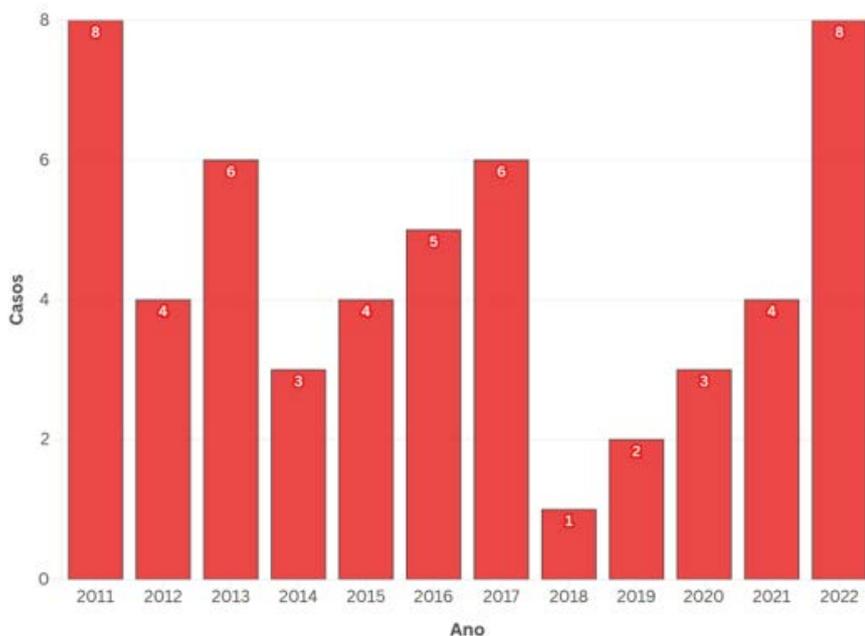
abrindo um período que vai de 2011 a 2022 .

Entre 2011 e 2022, ao menos 54 chacinas classificadas como feminicídio ou casos associados foram registradas no Brasil . Esses eventos, embora representem uma fração do total de chacinas no país, revelam padrões alarmantes sobre como o sistema de justiça lida com a violência letal contra mulheres, especialmente quando cometida em contextos coletivos e com múltiplas vítimas. O dado mais revelador não é, entretanto, o número absoluto de ocorrências ou o perfil das vítimas — mas sim a ausência de informações sobre o desfecho jurídico da maioria desses crimes.

Dos 54 casos analisados, 27 não apresentam nenhuma informação sobre seu encaminhamento legal. Apenas 14 resultaram em prisão, 11 chegaram à fase de inquérito, e os demais foram registrados com desfechos iniciais como boletins de ocorrência ou sem qualquer atualização posterior . A invisibilidade institucional dessas etapas revela uma realidade preocupante: a violência letal de gênero, quando cometida em chacinas, tende a desaparecer também no percurso judicial.

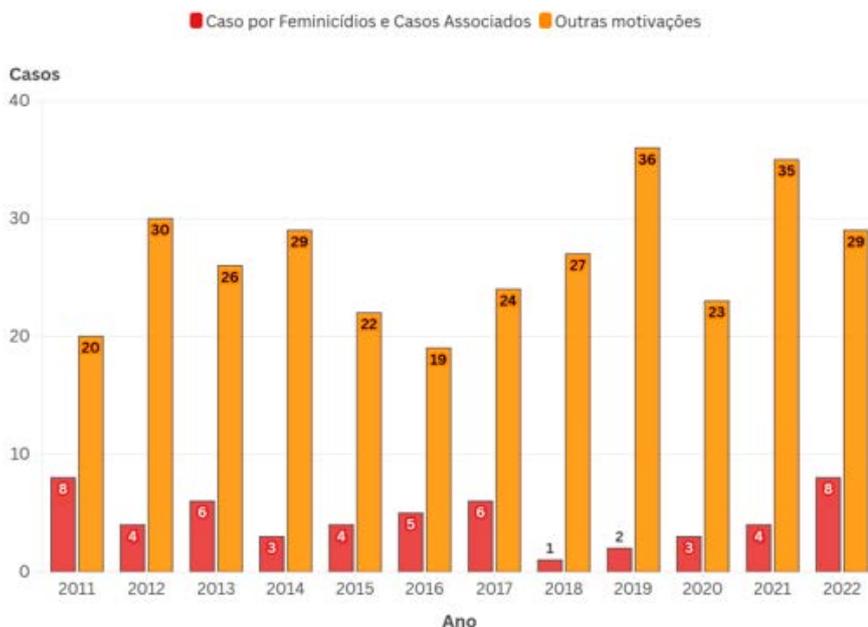
A fonte principal da pesquisa — as notícias jornalísticas — é um fator relevante para entender essa lacuna. As reportagens utilizadas na construção do banco de dados costumam ser produzidas nos dias imediatamente posteriores ao crime, e se baseiam em informações fornecidas por autoridades policiais ainda na fase inicial da apuração. Como a polícia informa o que sabe no momento, é natural que essas reportagens tragam apenas dados preliminares. No entanto, mesmo com o decurso de tempo, não há atualização sistemática sobre o que ocorre posteriormente na justiça. Isso não constitui apenas uma limitação metodológica: trata-se de um

Gráfico 1: Casos de chacina por feminicídio e casos associados distribuídos por ano, 2011 a 2022, Brasil.



Fonte: Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Gráfico 2: Casos de chacinas por feminicídios e casos associados e outras motivações com vítimas femininas distribuídos por ano, 2011 a 2022, Brasil.



Fonte: Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

dado revelador do funcionamento institucional da resposta penal às chacinas.

A ausência de informação — em especial sobre investigações, denúncias e julgamentos — é, em

si, uma informação crítica. Ela evidencia que o sistema de justiça não acompanha, não sistematiza e, sobretudo, não torna público o desfecho da maioria dos crimes coletivos com vítimas mulhe-

res. Essa omissão compromete a construção de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e impede que a sociedade compreenda a dimensão real da impunidade.

A ausência de responsabilização formal desses crimes — seja por falta de investigação, denúncia ou sentença — aponta para uma crise estrutural no enfrentamento à violência de gênero letal no país. Os dados não revelam um crescimento linear de casos ao longo dos anos, mas sim uma variação irregular, impactada por fatores como a cobertura jornalística e a pandemia de Covid-19, que reduziu a produção e publicação de matérias sobre feminicídio. Isso reforça a importância de olhar não apenas para a contagem de casos, mas para o que acontece com eles no sistema de justiça.

A pergunta que emerge da análise é direta: o que acontece juridicamente com as mulheres assassinadas em chacinas no Brasil? A resposta, infelizmente, é marcada por silêncio institucional. Os dados disponíveis sugerem que a maior parte desses casos permanece paralisada no inquérito ou sequer alcança essa etapa, e que o reconhecimento do feminicídio, quando ocorre, não garante continuidade nem responsabilização. O que chamamos para a atenção pública é que as relações de gênero desiguais são tão profundas que são capazes de produzir atos de violência extrema como as mortes múltiplas ligadas por uma única causa, as chacinas.

O feminicídio em chacinas representa uma dupla violência: a primeira, praticada contra o corpo da vítima; a segunda, exercida pelo Estado, que falha em nomeá-la, investigá-la e protegê-la postumamente. Quando os casos não geram ações penais, sentenças ou mesmo estatísticas consolidadas, o que se consolida é um pacto tácito de tolerância institucional à letalidade de gênero — sobretudo quando racializada e periférica. ■

“A esquerda precisa entender o papel das mulheres no enfrentamento da extrema-direita”

Em entrevista, a ativista feminista, ex-parlamentar, falou sobre seu trabalho organizativo para barrar o conservadorismo a partir das pautas de interesse prioritário das mulheres

Claudia Rocha e Fernanda Otero

Coordenadora do Instituto “E se Fosse Você?”, Manuela D’Ávila é jornalista, doutoranda em Políticas Públicas, e acumula expressivas votações como parlamentar, além de uma destacada campanha eleitoral na chapa presidencial em 2018, período acirrado de luta contra o bolsonarismo.

Autora de quatro livros, em que relata, principalmente, sua experiência como alvo de ataques de ódio nas redes sociais, nos últimos anos, está dedicada à construção da luta política fora do espaço institucional, o que, segundo ela, não significa de forma alguma aposentadoria.

“Estou empenhada em mostrar que a esquerda tem um equívoco imenso, e está cometendo um erro histórico que poderá cobrar

um preço muito caro, que é o preço de não fazer o debate dos temas a partir do olhar das mulheres”, afirma D’Ávila.

De acordo com a ativista, é necessário voltar às bases de uma maneira diferente da convencional, ouvindo demandas que ainda não foram atendidas, em diálogo com as mulheres trabalhadoras, eleitoras decisivas na última eleição.

Nesta quinta-feira (8), ela organiza junto a uma rede de parlamentares mulheres de todo o país um “protocolo” com uma proposta de abono de faltas para mães que faltam ao trabalho para acompanhar filhos em consultas médicas ou reuniões escolares.

Idealizadora do Festival MEL - Mulheres em Luta, que reuniu centenas de feministas em São Paulo no mês passado, Manuela D’Ávila defende a construção de

uma frente em torno do tema e destaca a importância de compreensão das redes sociais enquanto lugar de participação política, além de ter como norte um olhar científico, que leva em consideração pesquisas de comportamento ao redor do mundo que apontam para homens, cada vez mais conservadores, e mulheres mais progressistas. **Confira a entrevista:**

- Você sempre atuou dentro do campo feminista, mas, nos últimos anos, tem abordado a questão das mulheres com ainda mais dedicação, no sentido de contemplar o recorte das mulheres em diferentes frentes como na economia, no comportamento, na saúde, por exemplo. Você avalia que houve uma mudança de trajetória? E qual a importância de tratar dos temas das mulheres de maneira transversal ao



invés de isolada?

- Eu fui parlamentar muitos anos, sempre a mais votada do meu estado, e é difícil para alguém com representação parlamentar, com uma representação tão ampla como a minha, fazer o debate sem passar pelos temas gerais. Então, eu sempre debati as questões das mulheres atravessadas por questões mais gerais, mesmo do meu estado ou do país. Na minha pré-campanha à presidência em 2017 e 2018, antes de eu virar candidata à vice, esse já era um recorte central. A gente lançou um desafio e aquela pré-candidatura olhou o Brasil pelos olhos das mulheres, tentando desmistificar essa ideia de que os temas relacionados às mulheres são a pauta do particular e que existiria uma pauta universal que não passa pela gente. Eu acho super engraçado isso, mas ainda tem gente que defende. De lá para cá, o que mudou na minha interpretação é o fato de, sim, eu estar empenhada e mostrar que a esquerda tem um equívoco imenso, e está cometendo um erro histórico que poderá cobrar um preço

muito caro, que é o preço de não fazer o debate dos temas a partir do olhar das mulheres, dizendo que esse olhar nos levariam para uma posição identitária, quando, na verdade, talvez a posição identitária fosse a eminentemente anterior, que defende e advoga uma pauta universal, que omite, sonega a existência das mulheres. Basta ver que nós nunca conseguimos transformar o tema das creches, por exemplo, em um tema nacional, mesmo que esse seja o tema que mais interessa a classe trabalhadora. Então, esse esforço que talvez tu estejas percebendo na construção, no approach do meu discurso, ele é muito mais para fazer com que a gente perceba o erro crasso que a gente está cometendo do que necessariamente uma mudança de rota minha, entende? Para mim, é desesperador que a gente esteja se apegando a debates superficiais, a um pensamento quase não científico sobre o papel das mulheres no enfrentamento à extrema direita no mundo e que a gente não esteja tentando se dedicar à compreensão das razões mais profun-

das pelas quais as mulheres são o centro das possibilidades de resistência à extrema-direita. Nesse final de semana, por exemplo, a Damares inaugurou o Instituto da Mulher no Rio de Janeiro, dentro da Assembleia Legislativa. Quem acompanha a agenda pública da extrema direita, sabe a energia que eles dedicam à construção de um papel para mulher no mundo deles, basta ver, por exemplo, que pipocam os casos e os exemplos de tradwives [esposas tradicionais], né? Enquanto isso, nós estamos apegados a uma refutação quase infantil, nos furtando de debater com a maior parte das usuárias dos serviços públicos brasileiros, das trabalhadoras que necessitam do Estado brasileiro e que tem garantido os nossos sucessos eleitorais, que são as mulheres.

- **Você citou em entrevistas que dialoga com o conceito, colocado por algumas filósofas, do “macho ferido”, que diz respeito ao ressentimento masculino com relação às perdas no papel de prover. Vemos que a carga de debater desigualdade de gênero**

acaba recaindo somente para as mulheres enquanto a masculinidade tóxica pode levar a casos de feminicídio, por exemplo. Como você analisa isso? Qual papel dos homens e como dialogar com eles?

- Tem algumas pesquisadoras muito interessantes que tem se dedicado ao estudo dessas crescentes diferenças entre homens e mulheres. Crescentes, porque crescem com o passar dos anos e também porque crescem à medida que diminui a idade, ou seja, mulheres jovens são muito mais diferentes de homens jovens do que mulheres mais velhas são diferentes de homens mais velhos. Algumas, como é o caso da doutora Alice Evans, que inclusive veio ao Brasil para o Festival Mulheres em Lutas, chegam a dizer que as diferenças são tão crescentes e tão grandes que nós já não poderemos mais ter aquilo que chamam de geração, ou seja, de um conjunto de pessoas atravessadas por valores comuns a uma época. E eu, como não sou negacionista da realidade, e busco estudar muito, tenho tentado conter esse fenômeno global, um fenômeno que não é nem sequer apenas ocidental, ele é um fenômeno que atravessa também alguns países do Oriente, é o caso da Coreia do Sul. Mas é um fenômeno que aconteceu no Brasil, aconteceu na Argentina, acontece nos Estados Unidos, aconteceu na Alemanha, das mulheres se posicionarem a favor das ideias democráticas e dos homens jovens se somarem às ideias mais conservadoras, bolsonarismo, Milei, AfD, Trump. Bom, existem muitas explicações para isso. Existe evidente a análise de como corpos que são socializados diferentemente, ou seja, mulheres e homens não são treinados para ser as mesmas coisas no nosso mundo, né? Como reagem a uma crise que é tão grande?

Um tempo marcado pela crise climática, pelos fluxos migratórios em função das guerras, do clima, uma mudança radical no mundo do trabalho, um mundo em que as pessoas trabalham cada vez mais e ganham cada vez menos. Tudo isso impacta a vida dos homens e das mulheres da classe trabalhadora, mas não impacta igualmente porque a socialização masculina, ela é a socialização do prover. Qual é o destino de um homem na civilização ocidental? Sustentar a

“Quem acompanha a agenda pública da extrema direita, sabe a energia que eles dedicam à construção de um papel para mulher no mundo deles”

casa.

Em um mundo em que o insucesso não é avaliado como algo coletivo, mas é atribuído aos indivíduos, ou seja, ninguém fala que o desemprego tem relação com a crise do capitalismo, o desemprego é pela tua falta de esforço, pela sua incapacidade. Como isso bate na cabeça de um homem treinado para prover uma casa? Bate de um jeito. Como bate no corpo de uma mulher? Somos treinadas so-

cialmente para gostar, se importar, para o afeto. Então, percebe que o impacto, esse discurso não é da subjetividade abstrata, é altamente relacionada à crise do capitalismo. E eu acho que a gente precisa conectar isso com o que nós estamos vivendo. Um homem médio, ele vive pior que o seu pai. Por exemplo, os homens de 60 anos, eles alcançavam o mercado de trabalho e tinham uma carteira de trabalho, eram celetistas, eles tinham dignidade, não estou dizendo uma vida rica, mas de uma vida digna, sem fome. Um homem de 20 anos, em geral, vive pior que o seu pai. Uma mulher de 20 anos, em geral, vive melhor que sua mãe. Alguns psicanalistas chamam de ressentimento de gênero. E a extrema direita trabalha e organiza isso. Assim, vemos os feminicídios e as mulheres de esquerda como alvo central das campanhas difamatórias.

- E se a extrema direita se organiza a partir do ódio, a esquerda tem, como base, quais princípios para travar esse debate?

- Nós temos feito um esforço grande de mobilização real da chamada Frente Ampla a partir das mulheres para que a gente pare de ter abstração jurídica mobilizada a partir das grandes lideranças e que possa pensar no exercício da agenda comum dessa frente ampla na base. Então, quando nós unimos mulheres de nove partidos no MEL, por exemplo, buscando construir uma agenda comum para o Brasil, não para as mulheres, para o Brasil, nós estamos fazendo esse exercício. Nós dizemos lá que a nossa pauta deve ser diametralmente oposta a da extrema direita. Em qual sentido? Não só na agenda, o que seria óbvio. A extrema direita organiza a sua agenda comum a partir de questões muito estridentes e muito pouco práticas. Nós

precisamos ser os mais populares, os mais vinculados à realidade. A tal da volta às bases, não é volta à mesma base de antes. É ouvindo o que não foi ouvido, é se relacionando com quem ainda não entrou na fila da política pública, a mulher trabalhadora. Então, acho que é esse é o mecanismo de enfrentamento.

- Você afirmou que tem se mostrado um grande problema político não entender o papel das redes sociais e achar que elas dizem respeito à comunicação apenas. Nesse sentido, como você acha que podemos avançar? Qual a contribuição do seu doutorado na sua atividade política em relação a esse tema?

- O meu doutorado é sobre a influência das ideias norte-americanas de liberdade na disputa geopolítica da regulação das redes, ou seja, como nós atribuímos um determinado tipo de comportamento nas redes, de regramento, à liberdade, quando, na realidade, isso serve aos interesses geopolíticos norte-americanos. E o que eu acho que existe de mais importante nisso é acompanhar o desenvolvimento histórico da internet e a ideia de como nós aderimos a soluções muito impressionantes de um ideal de liberdade de um outro país que domina e subordina o nosso. Muito do que nos surpreende na internet tem relação com a origem do desenvolvimento dela. Os padrões algorítmicos racistas, por exemplo, a misoginia como um componente central e também os interesses dessas empresas, que muitos viam como empresas sem pátria, mas que são empresas que cada vez mais, nem posso mais dizer que são desmascaradas, elas próprias retiram as suas máscaras para servir aos interesses norte-americanos. O problema é que a nossa situação é de muita vulne-

rabilidade, porque o Brasil sequer armazena os dados da nossa população aqui. Outro tema é a maneira como nós tratamos as redes sociais e como nós, na política, achamos que é possível ajustar a comunicação via redes sociais sem compreender que o nosso problema nas redes não é um problema de comunicação apenas, pode ser também um problema de comunicação, eventualmente, mas é sobretudo um problema de incompreensão desse espaço

“Um homem de 20 anos, em geral, vive pior que o seu pai. Uma mulher de 20 anos, em geral, vive melhor que sua mãe”

como um espaço de debate político, de ideias, como uma assembleia popular, evidentemente, mediada por um algoritmo que nunca foi neutro. Mas nesse ambiente de disputa, em que a política é democratizada, cada vez mais pessoas debatem política. Nesse ambiente, o nosso problema é político, é de natureza política. Eu tenho dado o exemplo do que ocorreu na mudança do Pix. Não foi um problema da comuni-

cação do governo, é injusto dizer isso. É um problema da ausência de compreensão, neste caso do Ministério da Fazenda, de como se elabora uma política pública em 2025, do ciclo da política pública. Antes a avaliação popular da política era feita após a implementação, e hoje essa avaliação é concomitante à elaboração. E nós podemos utilizar isso para incrementar as legislações. Quando eu relatei o Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados, 33% do projeto teve participação popular numa ferramenta simples, imagina, uma década atrás era muito mais precário do que é hoje, chamava-se E-Democracia. Por que nós não conseguimos aproveitar essas janelas para incrementar as legislações, mas mais do que isso, para disputar a opinião em torno do que nós estamos fazendo? Então, a incompreensão das redes, somada a uma subestimação da disputa política, do valor do discurso, do espaço democrático, acho que essa incompreensão tem nos custado muito caro. As redes não são só sobre comunicação, são sobre mobilização, organização, finanças, sobre disputa de ideias. E aí, a extrema-direita está nessa ofensiva e, na minha interpretação, nós não.

- Você já falou que gosta de organizar processos de transição. E também, quando decidiu deixar de ser deputada federal e em outros momentos, passou por transições políticas para dar novos passos. Você tem planos de entrar em algum partido atualmente? Você tem pensado nisso?

- Não avancei ainda na discussão com nenhum partido. Sou uma pessoa que acredita em partidos e que está sem partido, após 25 anos militando no PCdoB, por questões que me obrigaram a tomar essa decisão, por divergências internas insolúveis, as quais



me dediquei profundamente para tentar solucionar por mais de cinco anos. Mas é evidente, que, como alguém que acredita na disputa política, eu devo tomar uma decisão. Ainda não sei qual será; não é fácil, não é um processo simples para quem leva a sério a política e os partidos. Também não tomei nenhuma decisão com relação à disputa eleitoral. Sou alguém muito convicta dos movimentos que fiz e acho importante que a gente aproveite o prestígio que construímos coletivamente para fazer com que determinadas lutas avancem. Então, meu prestígio eleitoral, que felizmente sempre foi muito grande, porque o povo sempre foi muito generoso comigo e eu sempre trabalhei muito para honrar essa generosidade, foi construído coletivamente, com as minhas qualidades, mas com o esforço de muitas mulheres e de muitos homens aqui do Rio Grande do Sul. E tentei fazer com que essa confiança pudesse também ser transferida a outras pessoas, e me orgulho disso. Agora, também nunca me aposentei da vida institucional; é que a gente está tão apegado à ideia de que as pessoas têm que ter mandato para sempre que acha que quem decide não concorrer numa eleição não tem mandato. Eu sou a única brasileira que

disputou dois segundos turnos contra o bolsonarismo: em 2018 e 2020. Por isso, acho razoável não ter concorrido em 2022, inclusive trazendo debates que a gente menospreza, porque não são debates que os homens fazem, talvez porque não necessitem, já que eles não são o foco dos ataques da extrema-direita. Um deles é sobre saúde mental, acho sensato que eu traga essa discussão à esfera pública. O outro tema é a responsabilidade afetiva com minha família, que me apoiou e enfrentou ameaças intensas. Então, tomei minhas decisões baseada nisso. Da mesma forma, poderia tomar outra decisão eleitoral na próxima eleição, se isso representar o desejo de um campo político que precisa estar unido para derrotar a extrema-direita. Em 2018, tínhamos Boulos, Ciro e Haddad, e quem fez a flexão na candidatura para tentar construir a unidade fui eu, foi o PCdoB comigo. Então, jamais fui óbice para o arranjo de qualquer unidade. Agora, se essa unidade se der em torno do meu nome, também é uma possibilidade, mas não é uma condição. Entende? É isso. Política se faz em muitos espaços, com certeza. Infelizmente, faz muito tempo que as pessoas acham que só é possível fazê-la na vida institucional, mas também tem sido um desafio

gostoso mostrar que não.

- Na próxima quinta-feira (8), o movimento que você está construindo vai promover a unidade em torno de um “protocolo”. Como vai ser?

- Na quinta-feira faremos um protocolo com dezenas de parlamentares em muitas Assembleias e Câmaras de capitais. São três projetos que se unem a um projeto federal, também protocolado por diversas parlamentares. O projeto nacional abona faltas, alterando a CLT para abonar faltas de mulheres que se ausentam para cuidados médicos de filhos ou reuniões escolares, evitando o desconto em folha. Os projetos estaduais e municipais são desdobramentos ajustados, considerando que a CLT é federal, para que a gente faça o debate sobre o que é a maternidade no Brasil. Lutamos para que o cuidado seja visto como trabalho, mas, no Brasil, as políticas de suporte à parentalidade são precárias, esquecemos que uma frase básica precisa ser repetida: as trabalhadoras também são mães. Porque a maior parte das mulheres assume os cuidados sozinha. Quais são as estruturas? Como nós pensamos? O projeto surge dessa demanda concreta e será um esforço bonito de dezenas de parlamentares de todo o Brasil. ■



Caixa começa a oferecer Minha Casa, Minha Vida para classe média

Nova modalidade do programa contempla famílias com renda de até R\$ 12 mil e permite financiamento de imóveis de até R\$ 500 mil

Redação Focus Brasil

O governo federal deu início, nesta segunda-feira (6), a uma nova etapa do Minha Casa, Minha Vida que promete ampliar o acesso à moradia para a classe média brasileira. A Caixa Econômica Federal passou a oferecer financiamentos voltados a famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil, dentro da nova Faixa 4 do programa habitacional.

A modalidade permite o financiamento de imóveis de até R\$ 500 mil, com juros nominais de 10% ao ano e prazo de pagamento de até 420 meses, o equivalente a 35 anos. Para imóveis novos, será

possível financiar até 80% do valor total. No caso de imóveis usados, o percentual financiado será de 60% nas regiões Sul e Sudeste, e de 80% nas demais regiões do país.

A Caixa, que concentra cerca de 70% das operações de crédito imobiliário no Brasil, iniciou a nova operação após o Conselho Monetário Nacional regulamentar o uso de fontes alternativas de recursos, além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida era necessária para viabilizar o funcionamento da nova faixa do programa.

Além da expansão para a classe média, o governo também atualizou os valores das faixas anteriores do Minha Casa, Minha Vida.

A Faixa 1, voltada a famílias

com renda de até R\$ 2.850 mensais, continua oferecendo subsídio de até 95% do valor do imóvel.

Na Faixa 2, para rendas entre R\$ 2.850,01 e R\$ 4.700, o subsídio pode chegar a R\$ 55 mil, com juros reduzidos.

Já a Faixa 3, para famílias com renda de R\$ 4.700,01 a R\$ 8.600, não oferece subsídios, mas mantém condições facilitadas de financiamento.

A nova Faixa 4 atende famílias com renda de R\$ 8.600,01 a R\$ 12 mil, com financiamento a juros de mercado.

Com a ampliação do programa, o governo busca garantir condições mais acessíveis para a compra da casa própria e fortalecer a cadeia da construção civil em todo o país. ■

Cristalização da coalizão União-PP e suas implicações políticas

Pedro Henrichs

A formação de coalizões partidárias é um fenômeno central para a estabilidade do presidencialismo brasileiro, especialmente diante da fragmentação do sistema político e da necessidade de construir maiorias funcionais no Congresso Nacional. A consolidação da federação entre União Brasil e Progressistas (PP), batizada de União Progressista (UP), representa não apenas uma resposta pragmática ao cenário de polarização entre lulismo e bolsonarismo, mas também uma demonstração de força que redesenha o equilíbrio de poder em Brasília.

Com 109 deputados federais e 14 senadores, além de quase 1,4 mil prefeitos e seis governadores, a União Progressista se tornou a maior bancada do Congresso, ultrapassando o PL de Jair Bolsonaro e a federação PT-PCdoB-PV. Esse poder numérico se traduz em acesso privilegiado aos recursos públicos para campanhas - cerca de R\$ 953,8 milhões em fundo eleitoral e R\$ 197,6 milhões em fundo partidário - e em uma capacidade inédita de influenciar a agenda legislativa e as negociações com o Executivo.

A ascensão da UP ocorre em um momento de evidente fragilidade do governo Lula, cuja reforma ministerial se arrasta há meses, expondo dificuldades em consolidar uma base de apoio estável. Prometida desde o final de 2024, a reestruturação ministerial foi adiada sucessivamente, refletindo o receio do governo de desarranjar ainda mais sua base e a desconfiança sobre a fidelidade dos parlamentares do chamado Centrão, que já deram

sinais de deslealdade em votações sensíveis. Como observou Sérgio Abranches, “o presidencialismo de coalizão” brasileiro é marcado por instabilidade e alto risco, exigindo negociações permanentes e concessões que nem sempre garantem o apoio consistente das bases.

A UP, ao se posicionar como o maior bloco do Congresso, amplia seu poder de barganha para exigir mais ministérios, cargos estratégicos e influenciar diretamente políticas públicas, especialmente em áreas como agronegócio e infraestrutura. O governo Lula, dependente desse apoio para aprovar reformas estruturantes como a tributária e a fiscal, vê-se cada vez mais refém de uma coalizão que, embora aberta ao diálogo, não hesita em endurecer o discurso ou travar pautas quando seus interesses não são atendidos.

A relação da UP com outros partidos do campo da direita, como PL e Republicanos, oscila entre a concorrência direta por espaço e eventuais alianças pontuais em temas de interesse comum. O PL, liderado por Bolsonaro, busca se consolidar como principal força oposicionista, enquanto a UP adota uma postura mais pragmática, negociando com o governo sem abrir mão de sua autonomia. Em um contexto de radicalização do PL, a UP pode atrair parlamentares moderados e se apresentar como alternativa de governabilidade.

As alianças com Republicanos, partido de forte viés conservador, tendem a ocorrer em pautas específicas, como segurança pública e valores familiares, reforçando o caráter pragmático da federação. Como afirmou Marcos Pereira, líder dos Republicanos:

“Nosso partido está aberto a parcerias que fortaleçam valores familiares e desenvolvimento. Se a UP compartilhar desses objetivos, trabalharemos juntos.”

A cristalização da União Pro-

gressista representa uma estratégia de esvaziamento do poder do Executivo, ao transformar a federação em um polo de poder autônomo, capaz de ditar o ritmo da política nacional e condicionar a governabilidade à satisfação de seus interesses. Essa dinâmica aprofunda a fragilidade do governo, que patina na aprovação e na reforma ministerial, e evidencia os limites do presidencialismo de coalizão brasileiro, cuja instabilidade estrutural foi sintetizada por Winston Churchill:

“A política é quase tão excitante quanto a guerra, e não menos perigosa. Na guerra, você só pode ser morto uma vez, mas na política, muitas vezes.”

(Churchill, em discurso de 1946, Universidade de Westminster)

No contexto brasileiro, a frase de Ulysses Guimarães também se encaixa perfeitamente:

“A política ama a traição, mas abomina o traidor.”

(Ulysses Guimarães, discurso na Constituinte de 1988)

Essas citações ilustram a volatilidade e o pragmatismo das alianças, onde a sobrevivência política depende da capacidade de adaptação e negociação constante.

A União Progressista não apenas cristaliza uma nova correlação de forças no Congresso, mas simboliza o grau de fragilidade do governo Lula, que, ao depender cada vez mais de concessões, perde margem de manobra para impor sua agenda. A federação, ao contrário, se fortalece como árbitro do jogo político, podendo garantir a governabilidade até 2026 ou, caso suas demandas não sejam atendidas, migrar para a oposição e aprofundar ainda mais a crise de governabilidade. O futuro do sistema político nacional, diante desse cenário, permanece incerto e sujeito a mudanças. ■

Pedro Henrichs, gestor público e especialista em relações internacionais



Humberto defende isenção do IR e fim da escala 6×1 para reduzir desigualdade

Na 100ª sessão do Parlasul, na segunda (5/5), em Montevideu, presidente do PT destacou que a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil e a redução da jornada sem perda de salário podem servir de exemplo à região

Agência PT

Sob o comando do deputado federal e presidente Arlindo Chinaglia (PT-SP), e a presença do senador e presidente do PT, Humberto Costa (PE), entre outros integrantes brasileiros, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) realizou sua 100ª sessão ordinária em Montevideu, nesta segunda-feira (5/5). Marco importante para o foro regional, o evento reuniu representantes dos países-membros para debater temas centrais da integração sul-americana, incluindo a implementação e os desafios do acordo Mercosul-União Europeia.

Em sua intervenção, Humberto Costa detalhou os esforços do governo Lula para aprovar, no Congresso Nacional, duas pautas fundamentais ao povo brasileiro: a isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem ganha

até R\$ 5 mil, e a o fim da escala 6×1 de trabalho. O senador frisou que as duas propostas terão impacto profundo na redução das desigualdades sociais no Brasil.

Bohn Gass propõe ao Parlasul apoio à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Sobre a isenção do IR, o presidente do PT explicou que o governo “propôs uma compensação junto àqueles que ganham mais de Us\$ 106 mil por ano, o que representa menos de 1% da população. Essas pessoas passarão a pagar o imposto que vai cobrir esse benefício”.

“É importante se fazer o registro aqui porque é o início do processo de enfrentamento, no Brasil, do problema da desigualdade na contribuição tributária em termos de impostos”, disse Costa.

Humberto Costa lembrou que o presidente Lula também se manifestou em favor do fim da escala 6×1, iniciativa defendida pelo PT no Congresso desde 2019. “Esses

dois registros são uma demonstração de que o governo do presidente Lula continua firmemente comprometido com a proposta de fazer o Brasil um país mais justo, melhor, principalmente para quem mais precisa”, destacou.

Em suas redes sociais, Humberto Cota afirmou ainda que espera que o exemplo brasileiro “inspire e chegue aos demais países da região”.

Acordo Mercosul – União Europeia

Após a sessão, o presidente Arlindo Chinaglia informou que o Parlasul contou com a participação da embaixadora Valeria Csukasi, do Uruguai, que detalhou os principais pontos da proposta que levaram ao fechamento do acordo, em dezembro de 2024. Chinaglia pontou que a embaixadora liderou o pré-acordo “e reforçou a importância de atuarmos juntos em pautas que ultrapassam o âmbito técnico e exigem engajamento político nos países envolvidos”.

“Acredito no potencial desse tratado para gerar valor, industrializar a produção e abrir novos mercados – com atenção especial à pauta ambiental, central nesse debate, que exige cooperação, e não isolamento”, destacou o deputado, por suas redes sociais. “Estou comprometido em acompanhar cada etapa da negociação, defendendo sempre os interesses do nosso povo”.

De acordo com o site do Parlasul, a embaixadora destacou que o acordo passará agora por uma etapa eminentemente política, com a atuação dos parlamentos nacionais do Mercosul contribuindo para a ratificação do documento.

Ela também sugeriu a formalização de um canal de diálogo institucional para coordenar a comunicação, unificar o discurso e garantir que interesses regionais sejam preservados. ■



Fundação Perseu Abramo realiza aula magna com Lilia Schwarcz

Antropóloga abre curso “Revisitando a história do Brasil: debates e embates” nesta quinta-feira (8)

Henrique Nunes

A Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com Escola Nacional de Formação do PT, inaugura nesta quinta-feira (8) o curso online gratuito “Revisitando a história do Brasil: debates e embates”.

A aula magna, que ocorre a partir das 18h, fica a cargo da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz. A acadêmica é imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) e professora da Universidade de São Paulo (USP). [A programação completa pode ser conferida no site da Fundação Perseu Abramo](#)

O curso, que estará disponível no [canal do YouTube da institui-](#)

[ção](#), tem curadoria de Dulce Pandolfi, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e reúne acadêmicos e pesquisadores renomados de universidades brasileiras como Heloísa Starling (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), Daniel Aarão Reis (Universidade Federal Fluminense/UFF) e Renato Lessa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC Rio).

“Vamos promover uma jornada fascinante pela história brasileira, abordando de forma crítica e panorâmica mais de 500 anos de nossa trajetória. Exploraremos eventos, lutas e desafios que marcaram nosso passado, questionando as visões tradicionais sobre a ideia de um país pacífico e igualitário”, afirma o diretor de Formação da Fundação Perseu Abramo, Jorge Bittar.

Panorama Crítico

Para oferecer uma contextualização crítica dos principais momentos históricos do país, haverá 14 aulas gravadas, que vão até 7/8, divididas em três módulos: “Da coroa portuguesa à coroa brasileira”, “Da República dos coronéis à ditadura dos generais” e “Da ditadura à democracia”.

Dessa maneira, o curso irá abordar temas como o sistema escravista, os povos originários, as revoltas no período colonial e durante a época imperial, o coronelismo, a Revolução de 1930, a era Vargas, os conflitos rurais e urbanos, o golpe de 1964, a ditadura militar, a transição democrática, o neoliberalismo e a crise das esquerdas, além do bolsonarismo e do lulismo, que serão assuntos da aula de encerramento. ■



Yanomamis e Petrobras provam: Brasil voltou a ter governo

Bonh Gass

A primeira vista, a recuperação da dignidade do povo Yanomami e a redução de mais de 27% no preço do diesel parecem fatos sem qualquer relação entre si.

Mas há algo que une essas duas conquistas: ambas só foram possíveis porque o Brasil voltou a ter um governo que não abandona seu povo e coloca o interesse pú-

blico acima da omissão e da submissão.

Isso é ser patriota de verdade, não apenas de discurso.

Ao decretar emergência sanitária na Terra Indígena Yanomami, Lula rompeu o abandono criminoso a que os povos originários foram submetidos no governo anterior. Um território devastado pelo garimpo ilegal, onde crianças morriam de fome e doenças evitáveis, passou a receber assistência de sete ministérios em uma ação coordenada para salvar vidas.

A Polícia Federal intensificou o combate ao garimpo ilegal, resultando numa redução de 96% da atividade criminosa. Postos de saúde foram abertos, a desnutrição infantil foi combatida, a fome foi vencida.

Hoje, as crianças Yanomami, antes à beira da morte, voltaram a sorrir. Isso é mais do que política pública: é reparação histórica.

No mesmo espírito de reconstrução e soberania, Lula enfrentou o modelo injusto de preços de combustíveis herdado do governo Bolsonaro.

A política de Preço de Paridade de Importação (PPI), que subordinava a Petrobras aos interesses do mercado internacional, foi revista. Com o fim da subordinação, foi possível reduzir o preço do diesel em mais de 27% desde o início do governo Lula (nos anos de Bolsonaro, o diesel subiu 145%!).

E isso foi feito sem a BR Distribuidora, alvo da privatária bolsonarista que tirou do governo o poder moderador para negociar melhores condições de compra e transporte de combustíveis.

Mesmo assim, a opção do governo Lula representa alívio para caminhoneiros, para quem trabalha no campo, para os transportes, para toda a cadeia produtiva do país.

É uma decisão que reafirma a Petrobras a serviço do Brasil, e não dos especuladores globais.

Esses dois exemplos – salvar vidas indígenas e devolver a Petrobras ao povo – traduzem uma mesma visão de país. Um Brasil soberano, que defende sua gente, sua riqueza e seus territórios. E que reafirma, a cada medida, que ter eleito Lula foi uma escolha fundamental para reconstruir o Brasil. ■

Bonh Gass é Deputado Federal (PT-RS), vice-líder do governo Lula no Congresso Nacional

Presidente Lula e governador Helder Barbalho serão os anfitriões da COP 30, em Belém (PA)

Reprodução



O que o governo Lula tem feito pelo Pará

Apoio do governo federal tem garantido uma mudança significativa na economia e na vida dos cidadãos paraenses, segundo Beto Faro

Beto Faro

O estado do Pará vive a expectativa de sediar a COP 30, em novembro próximo. Essa edição das COPs poderá ser a última chance da humanidade para evitar o colapso do clima. O governo do estado e a prefeitura de Belém trabalham para criar as condições de acolhimento, com dignidade, das autoridades, cientistas e demais participantes do evento.

De outra parte, o governo do presidente Lula vem investindo recursos substanciais em Belém e no estado, tanto para habilitar o Pará e o Brasil para a realização da COP, como para, em parceria com os governos locais, estimular o desenvolvimento econômico do estado permeado por ampla rede de proteção social à população paraense.

Com tais propósitos, além das repercussões locais de uma agenda macroeconômica que alavanca e requalifica o crescimento econômico de médio e longo prazos, a população do nosso estado conta com vários programas sociais que ao mesmo tempo resgatam a

dignidade dos pobres e os habilitam ao mercado formal.

A propósito, em março de 2025, o programa Bolsa Família (BF) beneficiou 1.346.621 famílias, no Pará, com valor médio do benefício, de R\$ 694,30, o que significou injeção direta de recursos pelo governo federal, para as famílias no estado, da ordem de 935 milhões de Reais. Vale destacar o contingente beneficiado pelo BF de 630,4 mil crianças paraenses de 0 a 6 anos, com R\$ 150,00 no mês. Beneficiadas com R\$ 50,00/mês temos 1,09 milhão de crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos e 46,92 mil gestantes beneficiadas adicionalmente.

Nada menos que 44% da população do nosso estado depende em algum grau do BF, programa criado pelo presidente Lula que serviu de inspiração para o combate à pobreza em vários países.

No período de janeiro a março do presente ano, o governo federal repassou R\$ 2,83 bilhões no âmbito do BF no Pará; R\$ 929 milhões em Benefício de Prestação Continuada (BPC); R\$ 27,5 milhões em Auxílio Gás; R\$ 475,7 milhões em Seguro-Desemprego; e R\$ 2,4 bilhões em Benefícios Previdenciários. O programa Pé-de-Meia, que oferece apoio financeiro para es-

tudantes do ensino médio da rede pública, já beneficiou, até fevereiro deste ano, 277,4 mil estudantes paraenses com investimentos mensais de R\$ 238,24 milhões no mês. Não é possível, neste espaço, registrar o desempenho, no Pará, da multiplicidade dos programas sociais em execução pelo governo Lula.

Com impactos diretos no fomento, principalmente à atividade econômica de pequeno porte do estado, em março, o Simples Nacional, programa criado por Lula para simplificar e reduzir a carga tributária de micro e pequenas empresas, contava com 145 mil empresas optantes. De outra parte, de janeiro a março, o Pronampe, também dirigido a essas empresas, aplicou R\$ 214 milhões no estado. Ainda nesse recorte empresarial, o “Desenrola Pequenos Negócios”, criado por Lula para renegociar dívidas e melhorar situação financeira de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte promoveu a renegociação de 207 milhões de Reais, em dívidas no Pará.

Em artigo anterior abordamos os investimentos do governo federal especificamente para a COP 30, destacando os investimentos inusitados no nosso estado pelo BNDES. Os investimentos federais em infraestrutura e fomento econômico, em geral, no Pará, envolvem volumes de recursos jamais observados antes. Como exemplo, somente em 2023, não incluindo operações do Banco do Brasil e do Programa Minha Casa Minha Vida, os valores em crédito produtivo ao setor privado pelos Bancos Federais envolveram contratações de 14.4 bilhões de Reais. Estamos convencidos que juntamente com os esforços do governo do estado, os investimentos na economia e nos programas sociais promovidos pelo governo federal no Pará edificam as bases de um novo perfil socioeconômico para o nosso estado. ■



Israel prepara nova ofensiva contra Gaza

O líder israelense gravou um vídeo explicando as ações. Na costa de Malta, drone ataca navio que levaria ajuda humanitária à Gaza

Fernanda Otero

Benjamin Netanyahu postou em seu perfil da rede social “X” que o gabinete de segurança de Israel aprovou um plano para “conquistar” a Faixa de Gaza e estabelecer uma “presença sustentada” na região. Ele afirmou em [vídeo](#) que soldados israelenses não entrariam em Gaza, mas lançariam ataques e depois recuariam.

O Brigadeiro-General Efi Dufarin, principal porta-voz militar israelense, emitiu um comunicado pouco depois que a Operação Carruagens de Gideão (nome escolhido para a nova ofensiva), “incluindo um ataque em larga escala e a retirada da maioria da população da região, para protegê-los

em uma área segura.”

Segundo o The Guardian, o plano de ocupação de Gaza, aprovado por unanimidade em uma reunião do gabinete de segurança no domingo, 6, vai além de quaisquer objetivos até agora delineados por Israel depois de sua ofensiva ao território palestino.

“Isso inevitavelmente levará a incontáveis civis mortos e à maior destruição de Gaza”, disse um porta-voz de Antônio Guterres, o secretário-geral das Nações Unidas. “Gaza é, e deve permanecer, parte integrante de um futuro estado palestino”, disse Guterres.

Ataque no largo de Malta atinge embarcação com ajuda humanitária

O Conscience, navio da Freedom Flotilla Coalition que transportava ajuda humanitária para

Gaza, foi atacado por drones na madrugada de sexta-feira, 2, pouco após a meia-noite, na costa de Malta, em águas internacionais, enquanto navegava para o território palestino. Desde o início de março, Israel impede a entrada de alimentos, combustível, medicamentos e outros bens em Gaza.

A ativista Greta Thunberg se juntaria ao grupo no navio. O ativista brasileiro Thiago Ávila postou um vídeo no Instagram explicando que seriam entregues alimentos em Gaza e informou que a região não recebe ajuda humanitária há 58 dias.

Em 2010, outro navio do grupo, em missão semelhante para ajudar Gaza, foi atacado por forças israelenses, resultando em nove mortos e 287 feridos. Outros navios também foram abordados nas mesmas condições, sem fatalidades. ■



Lady Gaga no Rio: quando o palco é também plateia

Espetáculo gratuito da cantora reuniu 2,1 milhões de pessoas no Rio de Janeiro e entrou para a história

Guto Alves

Três dias se passaram desde o histórico show de Lady Gaga em Copacabana, no Rio de Janeiro, apresentação que marcou o retorno da cantora ao Brasil após dez anos, com a nova turnê, *Mayhem*, no último 3 de maio. Ainda assim, o espetáculo continua reverberando em imagens compartilhadas por fãs e na emoção visível da própria artista ao lado da equipe no palco, que parecia não acreditar no que via

ao encerrar a apresentação.

Uma verdadeira consagração de Gaga nas areias cariocas, diante de um público estimado em 2,1 milhões de pessoas, segundo a Riotur e a Polícia Militar — o maior da carreira da cantora e o maior já registrado por uma artista solo feminina.

Antes de deixar o Brasil, Gaga publicou a única menção ao show em suas redes sociais. No Instagram, escreveu: “Nada poderia ter me preparado para o sentimento que tive durante o show de ontem à noite — o orgulho e a alegria absolutos que senti ao cantar para o povo do Brasil. Obrigada, Rio, por

esperar que eu voltasse. Eu amo você. Jamais esquecerei esse momento.”

Todo mundo no Rio

Em 2024, foi Madonna quem inaugurou o que já se desenha como uma festa oficial do calendário carioca. A rainha do pop se apresentou no mesmo palco, também em Copacabana, em 4 de maio do ano passado, levando 1,6 milhão de pessoas a cantar seus clássicos, um evento que misturou gerações e também marcou a cidade e a memória dos fãs.

Agora, sob o selo “Todo mundo no Rio”, o show de Gaga deu

continuidade ao novo calendário cultural da cidade. Segundo a prefeitura, mais de 500 mil turistas desembarcaram entre os dias 1º e 3 de maio, segundo dados da Rodoviária Novo Rio e do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão). A estimativa oficial é de que o evento injete R\$ 600 milhões na economia carioca.

Multidão colorida, animada e viva

A turnê Mayhem, homônima ao novo álbum da popstar, tem sido apontada pela crítica como um retorno ao pop estranho, ousado e provocador que lançou Lady Gaga ao estrelato duas décadas atrás. Até chegar ao Brasil, o show havia passado apenas pelo festival Coachella, nos Estados Unidos, e pela Cidade do México.

A escolha do Rio como estreia global não foi por acaso. Gaga tinha uma “dívida” com o Brasil desde 2017, quando cancelou sua participação no Rock in Rio devido às dores causadas pela fibromialgia, condição neurológica crônica que enfrenta. Na ocasião, ela escreveu: “Brazil, I’m devastated.”

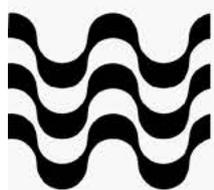
Sete anos depois, o acerto de contas veio com juro e emoção. Um dia antes da apresentação, a artista apareceu no ensaio e foi ovacionada por centenas de fãs. “Parece o show de verdade pra mim”, disse, tocada pela recepção calorosa.

No palco, Gaga gritava “Brasil!” como quem se anunciava de volta. O primeiro ato da noite veio arrebatador, embalado pela energia de um público que a aguardava há mais de uma década. Logo depois, segurando uma bandeira do Brasil, a cantora leu uma carta de agradecimento aos fãs — acompanhada por um funcionário do hotel onde estava hospedada, que traduziu o texto para o português.

A abertura com Abracadabra, faixa do novo álbum, levou a mul-

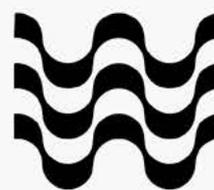
Gaga em números O Show Histórico em Copacabana

Público e Turismo



2,1
milhões
de pessoas nas
areias de
Copacabana

500
mil turistas
na cidade durante
o evento



Segurança e Monitoramento



400
câmeras
espalhadas pelo
perímetro do show

06
drones
operando em
tempo real



05
mil
itens irregulares
apreendidos em
revistas de segurança

Saúde e



Atendimento

795
atendimentos
médicos
registrados nos
postos do evento

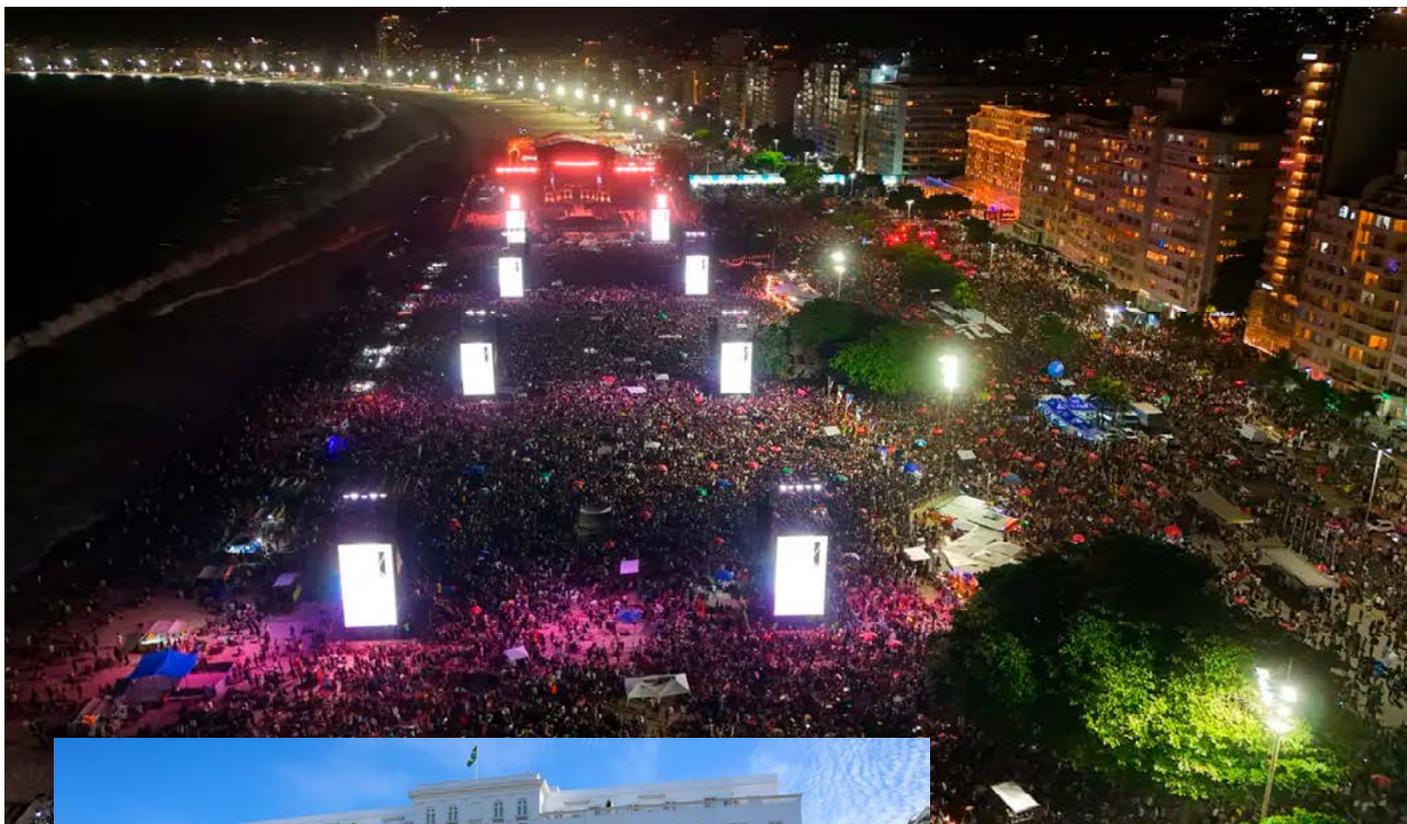
Limpeza e



Sustentabilidade

392
toneladas de
resíduos
recolhidos
pela Comlurb





Fabio Motta/Divulgação



Tonmaz Silva/Agencia Brasil

tidão ao delírio. O momento viralizou nas redes, com milhões de vozes entoando cada verso em coro. Durante a performance, Gaga trocou figurinos, exibindo modelagens com as cores da bandeira brasileira. Ao se desfazer de um imenso casaco vermelho, revelou um traje verde-amarelo e exclamou: “Brasil, eu senti sua falta!”

Em *How Bad Do U Want Me*, seus dançarinos surgiram com camisas da Seleção Brasileira. A cada troca de ato, a estética brasileira reaparecia em cores, sons e gestos — não como artifício, mas como homenagem.

Um dos pontos altos veio com *Born This Way*, canção que inspirou uma geração LGBTQIA+ a se aceitar como é. O momento foi de comunhão. Como se o show fosse também um ritual coletivo de libertação, os fãs expressavam aquilo que tantas vezes lhes é negado: suas cores, seus gestos, seus corpos. Leques se agitavam no ar como bandeiras de resistência — não apenas cantavam, mas gritavam cada letra da cantora.

O encerramento veio com *Bad Romance*, um dos maiores sucessos da carreira de Gaga, lançado em 2009 e com quase 1 bilhão de visualizações no YouTube. “Ra-ra-ah-ah-ah / Roma-roma-ma /

Gaga, ooh la-la” foi entoado por 2,1 milhões de pessoas. Por um instante, o palco virou plateia: Gaga e seus bailarinos, em estado de encantamento, desfilaram pela passarela absorvendo a potência daquele coro.

Quando os fogos de artifício iluminaram o céu de Copacabana, a emoção tomou conta também do palco. Os artistas sentaram-se, como o público, para assistir. Cantaram, sorriram, aplaudiram. Depois de apresentar um espetáculo que rodou o mundo em vídeos, imagens e manchetes, foi essa cena — Gaga sentada, como fã, olhando para a multidão — que ficou como símbolo da noite. ■



Conclave: filme retorna às telas em meio à eleição do novo Papa, agendada para o dia 7

Em meio à expectativa pela escolha do sucessor de Francisco, suspense com Ralph Fiennes volta aos cinemas e ao streaming com atuações marcantes e clima de bastidor e mistério

Fernanda Otero

O filme *Conclave*, lançado em outubro de 2024 e estrelado por Ralph Fiennes, faz jus à frase de Oscar Wilde: “a vida imita a arte muito mais do que a arte imita a vida”. Com a proximidade da eleição do novo Papa, o longa volta aos cinemas e também está disponível em stre-

aming. A produção agrada tanto aos não católicos quanto às carolas, com reviravoltas e atuações notáveis. A trilha sonora e a cenografia, com detalhes impressionantes da Capela Sistina, merecem destaque.

Baseado no romance de 2016 do jornalista britânico Robert Harris, *Conclave* teve um orçamento de US\$ 20 milhões e foi bem recebido pela crítica. Arrecadou US\$ 58,7 milhões globalmente e figurou na lista dos dez melhores filmes de

2024 pelo National Board of Review e pelo American Film Institute. Entre diversas premiações, o filme recebeu oito indicações ao Oscar 2025, incluindo a categoria de melhor filme, e venceu na categoria de melhor roteiro adaptado. Também obteve seis indicações ao Globo de Ouro 2025, incluindo melhor filme de drama, e venceu por melhor roteiro, além de 12 indicações ao BAFTA 2025, conquistando os prêmios de melhor filme e melhor roteiro adaptado.



Os parágrafos seguintes revelam detalhes sobre o filme. Para aqueles que ainda não o assistiram, recomenda-se interromper a leitura aqui.

Após a morte do Papa, o Cardeal Thomas Lawrence (Ralph Fiennes), Reitor do Colégio de Cardeais, assume a responsabilidade de conduzir o Conclave. No dia 7 de maio, quando se inicia o processo de escolha do sucessor do Papa Francisco, a tarefa caberá ao Cardeal Carmelengo Kevin Farrell, administrador dos bens e receitas da Santa Sé. Na última semana, como mostrado no filme, circularam nas redes sociais imagens do Camerlengo Farrell selando as portas do antigo quarto de Francisco, simbolizando o fim de seu papado.

Intrigas, bastidores e candidatos improváveis

A atmosfera de conspiração e manipulação nos bastidores da Cúria se evidencia já nos primeiros cinco minutos da trama, no di-

Suspense protagonizado por Ralph Fiennes volta aos cinemas enquanto cardeais se preparam para o Conclave real

álogo entre o Cardeal Lawrence, atormentado por uma crise de fé, e o papável Aldo Bellini (Stanley Tucci), que debatem as causas da morte do Papa: uma doença mantida em segredo para evitar rumo-

res de uma possível renúncia.

Reunidos os cardeais para iniciar a eleição do novo líder da Igreja, durante o primeiro almoço coletivo chega de última hora o mexicano Cardeal Vincent Benitez (Carlos Diehz), ordenado in pectore. Atuando no Afeganistão, sua ascensão a Arcebispo de Cabul ainda não era conhecida pelo colegiado. Na realidade, se um cardeal in pectore não tiver sua nomeação tornada pública antes da morte do Papa, ela perde o valor.

Em um gesto de boas-vindas, o mexicano é convidado a fazer a oração antes da refeição. Usando sua língua materna para agradecer pelo alimento, ele faz questão de mencionar o trabalho das irmãs que o prepararam.

Além de Bellini, favorito dos progressistas que aparentemente não deseja o posto, almejam ocupar a cadeira o nigeriano Cardeal Joshua Adeyemi (Lucian Msamati), o canadense Cardeal Joseph Tremblay (John Lithgow) e o ultraconservador italiano Goffredo



Divulgação

Tedesco (Sergio Castellitto), personagens centrais dos conflitos pela disputa do trono de Pedro.

A votação retratada no filme é bastante fiel: os eleitores escolhem seu candidato, dirigem-se a uma urna especial, fazem uma oração e depositam seus votos. São realizadas quatro rodadas de votação por dia até que um candidato obtenha a maioria de dois terços. Os votos são queimados após cada rodada com produtos químicos que produzem fumaça colorida para indicar se um Papa foi eleito – fumaça preta significa que ninguém foi eleito e fumaça branca indica que a Igreja tem um novo Papa. Ao final do primeiro dia de votação, Adeyemi surge como favorito, enquanto uma fumaça escura aparece nos telhados

do Vaticano.

O cardeal canadense arma contra seu principal rival, levando para dentro da clausura uma freira que teria sido amante de Adeyemi no passado, desestabilizando o nigeriano. É revelada a existência de um filho do cardeal, na melhor versão da Eva que desvirtua Adão. A renúncia de Adeyemi torna-se inevitável, favorecendo Tremblay, que já contava com certo número de apoiadores.

Disputas morais, reviravoltas e um desfecho simbólico

Em meio aos conflitos de vaidade e ambições, Lawrence recebe a informação sobre um problema de saúde com o recém-chegado

Benitez, a quem o Papa anterior teria ajudado de forma privada a receber tratamento médico em Genebra, na Suíça. Discreto e de hábitos contidos, Benitez conquista a simpatia de outros cardeais e aparece nas listas de escolhidos.

Tremblay teria sido o último a estar com o Papa antes de sua morte. Desconfiado dos termos da última conversa e após invadir o quarto do falecido, Lawrence encontra documentos que comprovam compra de votos dentro da Cúria. Com a ajuda da Irmã Agnes (Isabella Rossellini), que tudo ouve e tudo vê, Tremblay é desmascarado e fica de fora da disputa.

Com um passado considerado menos controverso que o de outros, marcado apenas por um pedido de renúncia ao Papa, Lawrence se vê como um gerente e não um pastor. Diante da falta de um candidato forte e da polarização causada pelo conservador cardeal Tedesco, o Cardeal Thomas Lawrence aceita sua indicação para liderar a Igreja Católica.

Um atentado a bomba danifica a capela e interrompe a votação no terceiro dia. Diante da reação histérica e odiosa de Tedesco, Benitez se destaca como conciliador, com um discurso humanista. Ele menciona sua experiência em conflitos de guerra para questionar a pequenez de espírito daqueles homens. Benitez os convoca à consciência, pois a luta é interior e não está fora, e a Igreja não é o passado, mas sim o que queremos para o futuro.

Benitez recebe a maioria dos votos e é eleito Papa. Os 15 minutos finais do filme são surpreendentes e nos levam à cena final: a metáfora da tríade pai, filho e espírito santo, representada na figura de três freiras vestidas de branco, cruzando os jardins do Vaticano. ■



Lula e a ministra Margareth Menezes, no Theatro Municipal: a cultura resistiu e, agora, se ergue mais uma vez

Lula torna permanente a Política Nacional Aldir Blanc

Nova legislação amplia prazos de repasse de R\$ 15 bilhões para projetos culturais, estende incentivos ao audiovisual e assegura continuidade da PNAB como política de Estado

Agência PT

O presidente Lula sancionou, nesta sexta-feira (2), o Projeto de Lei 363/2025, tornando permanente a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A iniciativa representa um marco para garantir segurança institucional e repasses contínuos a estados e municípios que desenvolvem ações no setor cultural.

A nova legislação amplia o prazo de aplicação dos R\$ 15 bilhões originalmente previstos e prorroga até 2029 os benefícios fiscais do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). O texto final unifica o

conteúdo de duas medidas provisórias — MP 1.274/2024 e MP 1.280/2024 — e foi aprovado por unanimidade no Senado após passar pela Câmara.

Recursos distribuídos com mais alcance

Com a nova lei, os repasses da União poderão ocorrer em um prazo mais flexível, facilitando a execução de projetos culturais, especialmente em regiões com menor estrutura administrativa. A flexibilização dos critérios de acesso aos recursos também beneficia municípios menores: para novos repasses, cidades com até 500 mil habitantes precisarão comprovar a execução de apenas 50% dos valores recebidos anteriormente, em vez dos 60% exigi-

dos anteriormente.

A legislação reforça o caráter de política pública estruturante ao estabelecer a PNAB como política de Estado. Com isso, após a execução dos recursos já previstos, os repasses passam a integrar a Lei Orçamentária Anual, garantindo continuidade no financiamento da cultura a longo prazo.

Fortalecimento do audiovisual

A nova lei também estende o Recine até 31 de dezembro de 2029. O regime especial desonera tributos federais sobre a importação de equipamentos e materiais destinados à implantação e modernização de salas de cinema, com foco em cidades do interior e regiões com baixo acesso à exibição cinematográfica.

Além disso, a regulamentação inclui a atualização dos limites de captação para projetos audiovisuais, que não eram revistos há 30 anos. A medida é considerada fundamental para a reestruturação do setor, promovendo inclusão regional e expansão do mercado audiovisual nacional.

Compromisso com a cultura brasileira

A sanção da PNAB permanente é resultado de uma mobilização ampla, que envolveu entes federativos, o Congresso Nacional e representantes da sociedade civil. A medida sinaliza o compromisso do governo federal com a valorização da cultura, o fortalecimento do setor criativo e a democratização do acesso a bens culturais em todo o país.

Com a institucionalização da Política Nacional Aldir Blanc, milhões de trabalhadores da cultura ganham segurança jurídica, previsibilidade de recursos e maior capilaridade para desenvolver suas atividades em todos os cantos do Brasil. ■



Andy Warhol em São Paulo: exposição inédita traz mais de 600 obras do artista pop

Mostra na FAAP reúne mais de 600 obras, incluindo filmes raros e um documentário inédito no Brasil sobre a parceria de Warhol com o Velvet Underground

Henrique Nunes

Você pode até não saber quem é Andy Warhol, mas com certeza já esbarrou por aí com alguma arte inspirada em seu legado. Talvez uma Marilyn colorida, uma sopa enlatada, uma banana na capa de disco. Considerado o pai da arte pop, o nova-iorquino virou sinônimo de repetição, celebridade, consumo e provocação, transformando o banal em arte com uma naturalidade que scandalizou os puristas e conquistou o século.

Agora, pela primeira vez em grande escala, o Brasil recebe

uma exposição inteiramente dedicada a Warhol. Andy Warhol: Pop Art! apresenta ao público mais de 600 peças vindas diretamente do Andy Warhol Museum, em Pittsburgh, o maior museu do mundo dedicado a um único artista.

São 234 obras físicas, entre pinturas, esculturas, gravuras e objetos, quatro obras comissionadas, 350 polaroids, 42 filmes e cinco programas de televisão. A retrospectiva ocupa os dois principais espaços expositivos da FAAP, o Salão Cultural e a Sala Annie Alvares Penteadó, e cobre todas as fases da carreira do artista.

Desde o 1º de maio, o público pode percorrer uma retrospectiva inédita com trabalhos de todas as fases da sua carreira, além de uma

exposição que acontece simultaneamente nas suas salas expositivas da FAAP, o Salão Cultural e a Sala Annie Alvares Penteadó.

Ao todo, são mais de 600 trabalhos trazidos diretamente do The Andy Warhol Museum, em Pittsburgh (o maior museu dedicado a um único artista nos EUA). Ingressos podem ser adquiridos online ou no local da exposição.

Exposição

A exposição no MAB Faap oferece um panorama direto e impactante da obra de Andy Warhol, com destaque para seus ícones pop como Marilyn Monroe, Elvis Presley e Jackie Kennedy, além de peças que desafiaram os limites da arte tradicional, como as

latas de sopa Campbell e as caixas Brillo. Um núcleo dedicado à moda exibe desde desenhos de sapatos feitos no início da carreira até a vitrine original criada por Warhol para a Dior em 1957, trazida ao Brasil com os frascos de perfume intactos.

O visitante também é levado à atmosfera da Silver Factory, com fotografias, a instalação interativa Silver Clouds e o famoso papel de parede de vacas roxas. A mostra inclui ainda séries de retratos fotográficos de ícones do esporte e da cultura, como Pelé, e exibe 42 filmes experimentais do artista, entre eles Chelsea Girls e Blow Job, além de um documentário inédito no Brasil sobre Warhol

com o Velvet Underground e mais de 25 screen tests com nomes como Salvador Dalí e Lou Reed.

Biografia

Andy Warhol foi um dos artistas mais influentes do século XX e um dos principais nomes do movimento pop art. Nascido em 6 de agosto de 1928 em Pittsburgh, nos Estados Unidos, Warhol estudou design na Carnegie Institute of Technology antes de se mudar para Nova York, onde iniciou sua carreira como ilustrador comercial. Sua arte começou a ganhar notoriedade no início dos anos 1960, com obras que retratavam ícones da cultura de massa e do consumismo, como as latas de

sopa Campbell's e retratos de celebridades como Marilyn Monroe e Elvis Presley.

Warhol desafiou os limites entre a arte e a cultura popular, utilizando técnicas como a serigrafia para reproduzir imagens em série e explorar a repetição e a superficialidade da sociedade de consumo. Além da pintura, ele atuou no cinema, música e moda, sendo uma figura central no cenário artístico de Nova York com seu estúdio, a "Factory", ponto de encontro de artistas, músicos e celebridades. Warhol faleceu em 22 de fevereiro de 1987, deixando um legado duradouro que continua a influenciar a arte contemporânea.

Cinco obras mais conhecidas:

1. Campbell's Soup Cans (1962)

Série de 32 telas representando latas de sopa Campbell's, uma crítica e celebração da cultura de consumo americana.



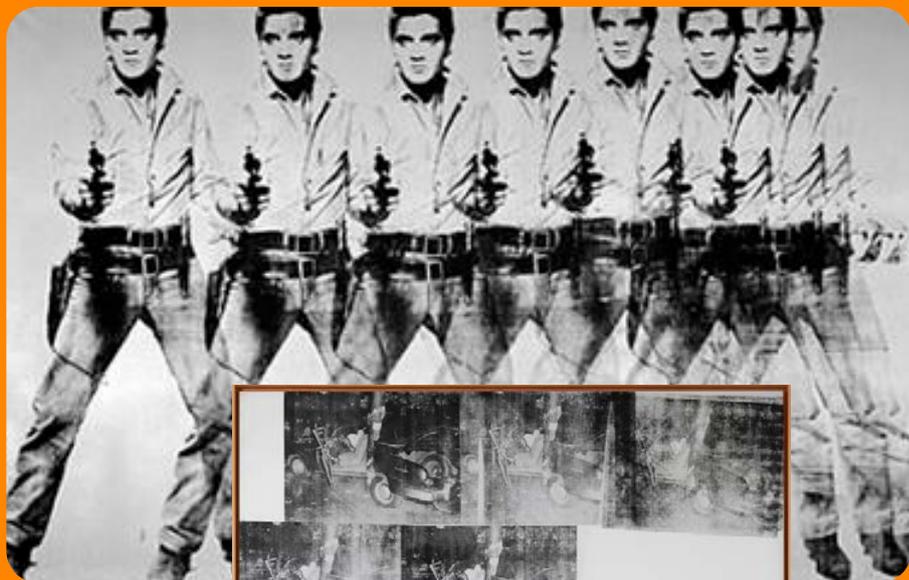
2. Marilyn Diptych (1962)

Retratos repetidos de Marilyn Monroe, feitos logo após sua morte, explorando fama, mortalidade e reprodução em massa.



3. Eight Elvises (1963)

Imagem de Elvis Presley repetida oito vezes em uma única tela, misturando cultura pop, celebridade e ícones do entretenimento.



4. Silver Car Crash (Double Disaster) (1963)

Parte da série Death and Disaster, mostra imagens repetidas de um acidente de carro, contrastando com a estética pop para refletir sobre violência e morte.



THE VELVET
UNDERGROUND
& NICO



Andy Warhol

5. Disco da banana (1967)

O “disco da banana” é uma referência icônica à capa do álbum de estreia da banda The Velvet Underground & Nico (1967), criada por Andy Warhol.

Serviço

A exposição ‘Andy Warhol: Pop Art!’ estará aberta até 30 de junho.

Ingressos: 3ª a 6ª feira: R\$ 50 inteira | R\$ 25 meia-entrada; Sábados, Domingos e Feriados: R\$ 70 inteira | R\$ 35 meia-entrada

Horários: 9h às 20h (última entrada às 19h)

Localização: MAB FAAP – Rua Alagoas, 903 - Higienópolis

Ingressos aqui ou na bilheteria do local



03/05/1968

Em maio em Paris, a imaginação quer o poder

No dia 3 de maio tem início em Paris uma manifestação contra o fechamento da Universidade de Nanterre. Estudantes ocupam a Sorbonne e a transformam em Universidade Crítica. A polícia invadiu as instalações e realizou mais de 600 prisões. Com a Sorbonne fechada, os protestos ganharam as ruas. Barricadas foram levantadas e mais de 500 mil pessoas percorreram as vias da cidade,

carregando cartazes e faixas onde se podia ler: “Che está morto, mas a luta continua”.

No dia 13, estudantes e trabalhadores se unem contra a política trabalhista e educacional do governo do general De Gaulle. O movimento se ampliou ainda mais com a decretação de uma greve que paralisaria 10 milhões de operários. Fábricas da Citroën e a Peugeot foram ocupadas e a

Bolsa de Valores, incendiada.

Atrás de barricadas e com palavras de ordem radicais – “É proibido proibir” e “A imaginação no poder” –, o movimento contestava diretamente a autoridade e se tornaria o estopim de rebeliões juvenis ao redor do mundo. Em 1968, estudantes enfrentariam a polícia na Europa, Estados Unidos, México, Argentina e, naturalmente, no Brasil.



03/05/2007

Fármaco anti-HIV tem patente quebrada

O presidente Lula declara de utilidade pública o antirretroviral Efavirenz (Stocrin), aprovando seu licenciamento compulsório — o que, na prática, implica quebra da patente. A medida atinge não apenas esse medicamento, mas seu principal componente, uma das drogas mais caras usadas no coquetel de terapia contra o HIV/aids. Cerca de 75 mil pacientes utilizam esse medicamento em 2007, segundo o Ministério da Saúde.

Desde 1996, era obrigatória a distribuição de medicamentos de combate ao HIV pelo Sistema Único de Saúde. Em 2001, considerou-se a possibilidade de o governo brasileiro quebrar a patente de medicamentos retrovirais, caso os laboratórios não reduzissem os preços, mas, devido às reações internacionais contrárias — como a representação dos Estados Uni-

dos na Organização Mundial do Comércio (OMC) —, a medida não foi efetivada. A iniciativa, no entanto, teve um efeito positivo: o preço dos medicamentos caiu 60%. Em 2007, a primeira patente foi finalmente quebrada.

O governo brasileiro comprava o Efavirenz a US\$ 1,59 do laboratório norte-americano detentor da patente. Depois do licenciamento compulsório, passaria a pagar US\$ 0,44 pelo genérico importado da Índia. Segundo estimativas do governo, o país teria economizado R\$ 30 milhões só no primeiro ano após a medida.

A quebra de patente de medicamentos considerados de utilidade pública representaria um grande avanço não apenas no combate e prevenção ao HIV, mas em toda a pesquisa e a produção nacional de remédios.



07/05/2007

Nasce o Parlamento do Mercosul

Realiza-se em Montevideu (Uruguai) a primeira sessão do recém-criado Parlamento do Mercosul (Parlasul). Formado por representantes dos países-membros do bloco (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, além da Venezuela, com direito a voz, mas sem direito a voto), o órgão tem, inicialmente, 90 integrantes, indicados pelos respectivos congressos nacionais, e conta com 10 comissões temáticas que debatem, entre outros temas, o desenvolvimento regional sustentável e os direitos humanos.

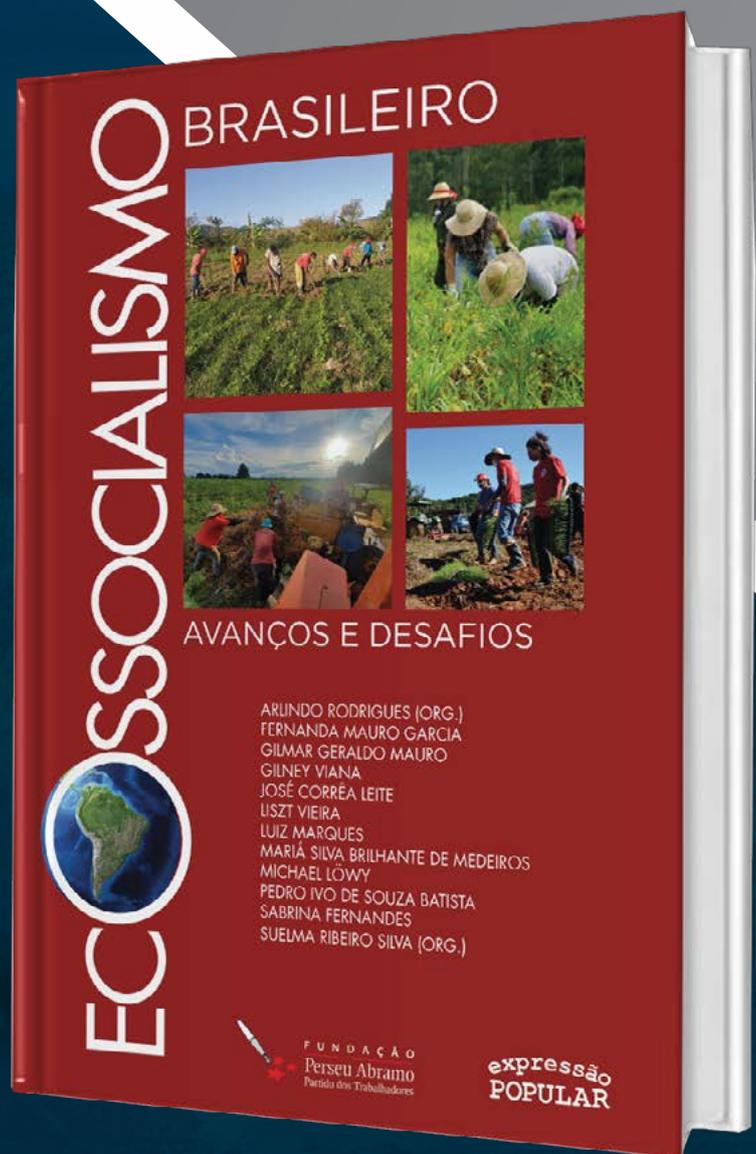
Os encontros mensais do Parlamento do Mercosul debateriam as reivindicações dos diversos setores da sociedade de cada país e zelaria pela preservação de seus regimes democráticos. Seria palco de discussões muito importantes, como os acordos econômicos com a União Europeia.

A partir de 2010, o Parlamento do Mercosul aumentaria seu número de membros, distribuídos proporcionalmente à população de cada país. Em 2014, a Venezuela se tornaria membro efetivo.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa disponível nas livrarias ou na loja virtual da coeditora, **Expressão Popular**.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**